

Desembargador Luis Carlos Xavier

O Desembargador Luis Carlos Xavier atuou nos Juizados Especiais de Curitiba por cerca de 10 anos. Como juiz, ele acompanhou os primeiros passos, o momento em que o Juizado era uma grande novidade e a população passou a contar com uma Justiça muito mais fácil e acessível. “A partir da Lei 9.099/95 a população passou a ter onde reclamar sem custo. A demanda reprimida era muito grande e ano a ano o volume de trabalho aumentava. A estrutura era complicada, sofriamos com cupim, goteiras e até alagamentos. Mas ainda assim o trabalho era apaixonante, nós conseguíamos ver o resultado, a equipe era integrada, éramos uma família”.

O Desembargador destaca o esforço realizado em busca do acordo. Os índices eram bastante altos e todo o trabalho era voltado para esse fim. Ele relata uma, das tantas audiências, que acabavam em acordo. “Um dos casos que ficaram marcados envolvia uma mãe e seus filhos. Eram três mulheres e um homem, o caçula. Eles discutiam com quem ficaria um terreno. Na ocasião, as mulheres haviam abdicado das suas partes para que o filho mais novo ficasse lá cuidando da mãe. Mas, por alguma razão, o filho queria ficar com o terreno só para ele. Então, o caso foi para o Juizado. Nós fomos ouvir as partes, quem tinha razão, quem não tinha. Depois de muita discussão eu sentia que as explicações, de ambas as partes, não fechavam. A conversa foi se estendendo, uma hora, duas, até que em algum momento alguém falou de um liquidificador. Perguntei o que tinha acontecido com o liquidificador, até que o filho esclareceu que havia emprestado o equipamento para a mãe e que ela nunca devolveu. A senhora explicou que havia quebrado, mas que comprou um outro, novo, e o deu ao filho. Ao ouvir a explicação o filho perguntou se eu poderia acabar com o processo. Respondi que sim, mas queria saber qual seria o acordo. Ele então respondeu que ficava tudo como estava, o problema já tinha se esclarecido. Em resumo, foram três horas de conversa para descobrir que o terreno nada tinha a ver com o problema. O ressentimento era com o liquidificador que ele não sabia que havia sido devolvido. Essa era a função dos Juizados, você escutar as partes”.

Nos anos seguintes, apesar de ter seguido a carreira da magistratura fora dos Juizados Especiais, muito dessa experiência influenciou a vida profissional do Desembargador. “O período em que eu trabalhei nos Juizados Especiais foi muito importante. Até hoje eu aplico regras lá utilizadas. Eu tento abreviar muitas coisas, procurar diretamente as pessoas envolvidas, não gosto de burocracia. Nos Juizados é assim, tudo mais célere, simples e funcionava. Os Juizados me ensinaram a desburocratizar as ações”, declara Xavier.

Atualmente, ele acredita que é importante dar ênfase a princípios da Lei dos Juizados Especiais e estruturar ainda mais os trabalhos desenvolvidos com foco na conciliação em todas as áreas de atuação. “Um grande problema atual é que nós estamos deixando de lado o objetivo fundamental dos juizados, as conciliações, em razão do elevado número de demanda. Hoje nós não temos tanto foco nelas. Acho que seria preciso aprimoramento dos profissionais, exatamente para resgatar alguns princípios da Lei nº 9.099/95. Tudo era mais informal, havia tempo para conversar. Se não havia acordo o juiz

queria saber o motivo. Conversando com as partes era possível perceber o que motivou o desentendimento e resolver a questão", lembra o Desembargador.